

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de S. Paulo

Class.: Amaz. Queimadas

Data: 30/03/88

Pg.: 13

Em 88, fogo 190 pode arrasar a Amazônia

Da Reportagem Local

Até o final do ano, as queimadas terão destruído na Amazônia (região que compreende os Estados de Amazonas, Mato Grosso, Pará, Acre, Rondônia e territórios de Roraima e Amapá) uma área superior à do Estado de São Paulo, ou seja, 247.898 km². Essa é a previsão do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), que contabilizou 204 mil km² área queimada no ano passado, e prevê um acréscimo de 30% este ano.

Nem toda essa área é de floresta e boa parte passa por queimadas todos os anos, feita pelos próprios fazendeiros. Mas a Nasa (Administração Nacional da Atmosfera e Espaço dos EUA) estima que a floresta Amazônica já perdeu 11% de sua cobertura original, que equivale a uma superfície de 700 mil quilômetros quadrados. O problema da queima e o alerta da Nasa resultaram em editorial no jornal norte-americano "The New York Times" de ontem. O editorial afirma que o fogo na Amazônia é responsável por 10% da emissão mundial de dióxido de carbono, gás responsável pelo "efeito estufa", que estaria aumentando a temperatura média global do planeta.

Segundo o pesquisador Alberto Setzer, 37, o Inpe tem observado uma média de 5 mil queimadas diárias na região amazônica a partir de imagens geradas pelo satélite norte-americano NOAA-9, capaz de detectar com precisão pontos de calor sobre a superfície. Setzer diz que, além do dióxido, as queimadas emanam 44 milhões de toneladas

anuais de monóxido de carbono, o que coloca o Brasil entre os maiores poluidores do mundo.

A culpa das queimadas, segundo o "The New York Times", estaria nas mãos do próprio governo brasileiro, que incentivou a ocupação de Rondônia com a construção da rodovia BR 364, que liga Cuiabá a Porto Velho. 80% das queimadas de Rondônia teriam sido causadas por fazendeiros de gado, que, segundo o jornal. A rodovia foi construída com US\$ 250 milhões, verba emprestada pelo Banco Mundial. O editorial afirma que o Banco Mundial havia pedido a proteção das florestas e tribos indígenas da região, mas seus pedidos foram ignorados. Por isso, o texto afirma que o Banco Mundial "aprendeu a lição" e que "outras agências precisam se assegurar de que o Brasil também aprendeu".

Na verdade, o Banco Mundial acompanhou a construção da rodovia e as consequências ecológicas, econômicas e sociais acarretadas. Esse acompanhamento foi feito através de relatórios elaborados pela Fipec (Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas da USP), que foi contratada pelo governo por exigência do Banco Mundial para acompanhar o projeto do governo, batizado de Pólo Noroeste.

José Juliano de Carvalho Filho, 49, coordenador do Pólo Noroeste na Fipec, acompanhou o projeto de 82 a 87 e diz que "retorno o Banco teve". Segundo ele, foram relatados diversos problemas, como a invasão de terras indígenas, a retirada indiscriminada de madeira e o desmatamento de leitos de rio e baixadas.

IBDF culpa reforma agrária

Da Reportagem Local

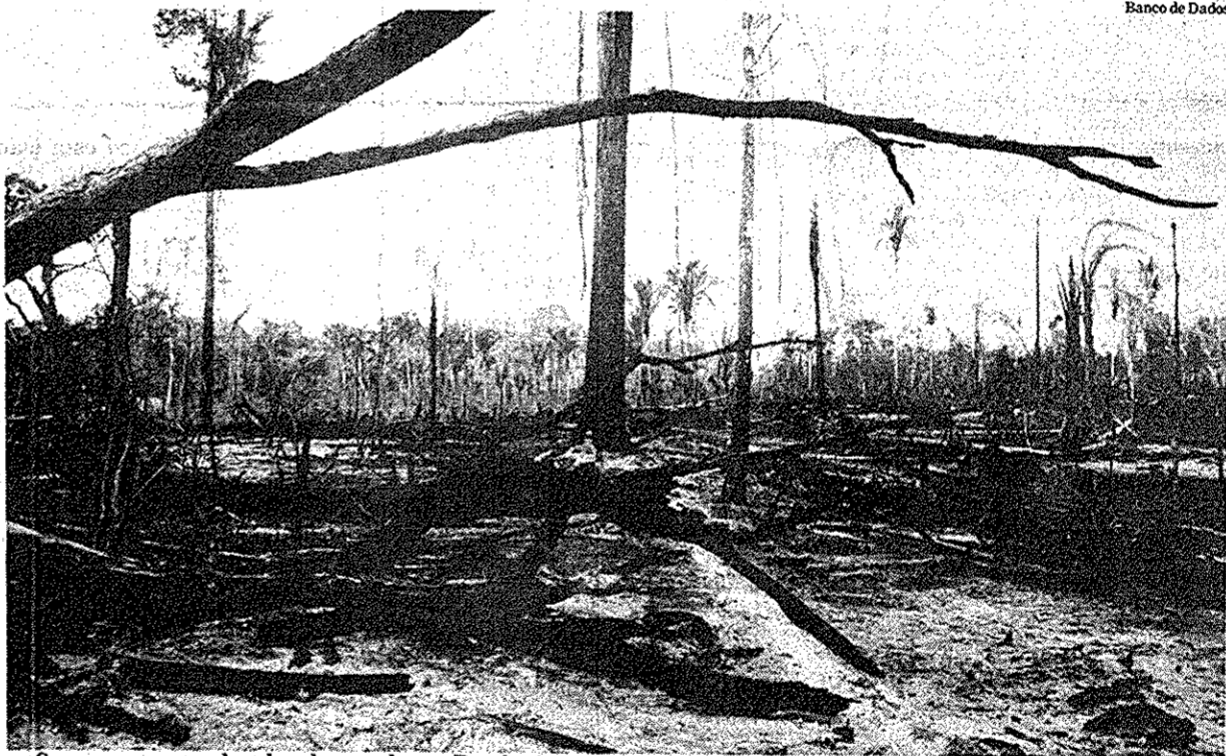
A reforma agrária estimula proprietários de terras a promoverem queimadas em áreas florestais, nos Estados do Acre e Rondônia, segundo Paulo Viana, 47, diretor do Departamento de Economia Florestal do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF): "O proprietário derruba algumas árvores, põe fogo, coloca cabeças de gado para dizer que a área é produtiva". Para Viana, a solução depende de aliar a conscientização dos proprietários à criação de um órgão específico, com recursos e mais força que o IBDF. Ele infor-

mou ainda que uma verba de Cz\$ 5,2 milhões foi destinada pela Secretaria de Planejamento (Seplan) para um programa emergencial na área, envolvendo campanhas educativas e autuação de serrarias clandestinas.

O pesquisador Alberto Setzer, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) diz, por sua vez, que o IBDF não tem recursos humanos e materiais para o combate das queimadas. O IBDF, através de convênio com o Inpe, é informado da localização de queimadas, doze horas após seu início. Setzer defende alteração na política do governo com relação ao meio-ambiente.



Agricultores do interior do Ceará promovem uma queimada próxima a uma reserva florestal, no começo deste ano



Cenas como esta, de selva devastada em Rondônia por causa de queimadas, tornam-se cada vez mais frequentes

Matas de Rondônia estão comprometidas

Dos correspondentes

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em Rondônia prevê que 5 milhões de hectares da cobertura florestal rondoniana serão queimadas este ano. Ao todo, 35% do território de Rondônia estarão transformados em pastagens e área de agricultura temporária até o final do ano.

O principal foco está na região central do Estado, entre Alta Floresta e Nova Brasilândia, municípios que foram criados este ano. Segundo o delegado do IBDF, Luiz Alberto Canlanhege, estão sendo queimados grandes latifúndios na área. Rondô-

nia tem um parque nacional (Pacás Novos), duas reservas biológicas (Jaré e Guaporé) e duas florestas nacionais (Jamari e Bom Futuro), que correm risco de destruição.

Estudo das agências espaciais do Brasil (Inpe) e EUA (Nasa) revelam que as queimadas provocam a perda anual de 300 toneladas de solo por hectare. Isso corresponde à retirada de 3 cm da camada fértil, que é levada pelas águas das chuvas. Segundo o pesquisador do Inpe Luiz Carlos Molton, 42, as chuvas que lavam as áreas queimadas chegam barrentas e carregadas de partículas de solo aos rios, o que prejudica a ecologia.

Os vôos aéreos também são prejudicados pela fumaça e fuligem dos incêndios. O governador de Rondônia, Jerônimo Santana, 54 (PMDB), não conseguia retornar de Brasília a Porto Velho ontem à tarde. No final de semana, a fumaça também fechou o aeroporto de Marechal Rondon, de Cuiabá (MT).

No Estado de São Paulo, novos focos de incêndio foram registrados ontem nas reservas florestais da Serra do Japi, em Jundiá (60 km a noroeste da capital) e da Pedra Grande, em Atibaia (65 km ao norte), depois de um fim-de-semana sem queimadas nessas áreas.

Secretaria estuda apoio a Salva-Mar

Da Reportagem Local

A Secretaria do Estado de Meio Ambiente está estudando o projeto de reivindicação de apoio à pesquisa encaminhado na semana passada pelo grupo ecológico Projeto Salva-Mar, que atua na recuperação e tratamento de animais marinhos na costa de São Paulo. Segundo a assessoria da secretaria, trata-se de formalizar a colaboração já prestada à entidade pelo Centro de Estudos e Pesquisa Aplicada em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso (Ceparnic), no litoral sul do Estado. A assessoria não soube informar a possível data de aprovação do programa.

Para Tatiana Teixeira Inglês, membro do Projeto Salva-Mar, o apoio da Secretaria de Meio Ambiente é essencial para o grupo, que enfrenta sérias dificuldades financeiras. Tatiana confirma que o Ceparnic vem colaborando com o trabalho da entidade, principalmente com a cessão de uma lancha para a soltura em alto mar de animais já recuperados. "Precisamos de apoio efetivo, pois enfrentamos grandes problemas, principalmente com a locomoção para recolhimento de animais e seu tratamento", diz.

Fundado em 1982, o Projeto Salva-Mar recolhe e trata animais marinhos que chegam às praias paulistas, devolvendo-os ao mar. O grupo recolhe também animais mortos, que são necropsiados para pesquisa. Desde junho, cerca de 25 lobos marinhos e 40 pinguins vivos foram recolhidos na costa paulista. Os animais foram tratados por biólogos e veterinários e devolvidos ao mar.

Trabalho voluntário

A estrutura de operação do Projeto Salva-Mar é baseada em grupos de apoio formados voluntariamente pelas populações litorâneas. São esses grupos que acionam os membros do Projeto em São Paulo, avisando da presença de animais nas praias.

A entidade conta com cerca de dez membros ativos, que recolhem e tratam os animais. A mesma equipe percorre o litoral contatando órgãos oficiais e população para o trabalho de preservação ecológica. Com estatuto em fase de elaboração, o Projeto tem sua sede na casa de um dos membros, no Jardim Saúde (zona sul). Os integrantes não pagam mensalidade e os recursos são arrecadados através de promoções.

Segundo Tatiana, a orientação da localização de correntes adequadas para a soltura de animais em alto mar é assessorada pelo navegador Amir Klink. Também colaboram com o trabalho do grupo a Polícia Florestal, o Zoológico de São Paulo, o Corpo de Bombeiros.